

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP**CNPJ/MF: 62.577.929/0001-35****NIRE: 3530001003-5****Ata de Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, Realizada em 19 de agosto de 2025**

DATA/HORA E LOCAL: Aos 19 dias do mês de agosto de 2025, às 10 horas, foi realizada a Reunião do Conselho Fiscal em formato híbrido, por videoconferência pela plataforma Microsoft Teams, e presencialmente, na Sede da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP, situada na Rua Águeda Gonçalves, 240, CEP: 06760-900, Município de Taboão da Serra, Estado de São Paulo.

PRESENCAS: Participação dos membros em exercício do Conselho Fiscal: LUZIA VALÉRIA SARNO; MAURÍCIO BARUTTI DE OLIVEIRA; WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO; ROBERTO CÉSAR DE OLIVEIRA VIÉGAS; FABIO TEIZO BELO DA SILVA. DEBORA MORAES DA CUNHA GONÇALVES, Coordenadora do Escritório de Governança (**CDEG**); e SANDRA MARINALVA DA SILVA SOARES, Assessora do Escritório de Governança (**CDEG**), na qualidade de Secretária da reunião.

Os membros do Conselho Fiscal receberam a convocação da reunião e os respectivos documentos por meio da Plataforma Atlas Governance.

CONVIDADOS: ROBERTO CAMARGO E LAYLA MOREIRA (**BDO RCS Auditores Independentes S/S Ltda.**); CAMILO COGO CAVALCANTI, Diretor Administrativo e Financeiro (**DAF**); GLAUBER ALEIXO FREDIANI, Gerente da Controladoria (**CTR**); RENATA AVIGRO ROSA, Assessora Técnica (**ADT**); KÉLYSTA FERREIRA, Coordenadora do Contencioso Geral (**CCGE**); JULIANA PASQUINI MASTANDREA, Coordenadora Trabalhista (**CTRA**); STEFANIE MARIE PAMELA RISE ROMBOLI, Coordenadora da Consultoria Jurídica (**CCJU**); PETERSON DE OLIVEIRA BATISTA, Gerente de Corregedoria (**GCI**); MARCELO TADAIESKI, Assessor Técnico (**GCI**); VIVIANE RODRIGUES GOMES, Gerente de Ouvidoria (**GOU**); PÉRICLES COUTINHO, Superintendente de Gestão de Contratos e Serviços (**SCS**); JORGE LUIZ DE SOUZA, Gerente de Licitações e Suporte Administrativo (**GLS**); CARLOS CESAR LUCAS DIAS, Assessor Técnico de Negócios Estratégicos e Acordos Operacionais (**AEX1**)

ORDEM DO DIA:

1. Leitura da Ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal realizada em 15 de julho de 2025.

Realizada a leitura da ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, ocorrida em 15 de julho de 2025. Após a leitura, foram sugeridas alterações pelos membros presentes, a versão revisada da ata será encaminhada aos senhores membros do Conselho Fiscal para apreciação, validação e posterior assinatura. O Conselheiro Fábio Teizo Belo da Silva absteve-se de votar e de emitir qualquer comentário, tendo em vista que não participou da reunião.

2. Revisar as Demonstrações Financeiras (DFs), referentes ao 2º trimestre/2025 (atendimento ao item 4.1 do planejamento anual do CF)

- Relatório da Auditoria Externa

O Conselho Fiscal reuniu-se separadamente para apreciação do Relatório da Auditoria Externa, referente à análise das Demonstrações Financeiras do segundo trimestre de 2025. A apresentação foi conduzida pelos Auditores Independentes da empresa BDO RCS Auditores Independentes S/S Ltda., Sra. Layla Moreira e Sr. Roberto Camargo.

A Sra. Layla iniciou os trabalhos apresentando e destacando os pontos positivos do resultado do último trimestre da companhia, informando, dentre outros aspectos, um aumento patrimonial de aproximadamente [REDACTED] milhões em comparação com junho de 2024, impulsionado principalmente pelos investimentos em cybersecurity e hiperautomação.

Em relação à receita a faturar, foi registrado o valor de [REDACTED] (cento e quarenta e sete milhões de reais) no segundo trimestre do exercício em curso. Ressaltou-se que parte desse recurso se encontra em processo de reavaliação, conforme evidenciado na tabela de ajustes apresentada. Após a exposição e durante os debates, a Conselheira Luzia questionou os efeitos positivos relacionados à postergação de pagamentos a fornecedores e solicitou esclarecimentos sobre os impactos dessa prática no resultado da companhia a qual foi respondida pelos Auditores Externos. O Conselheiro Wagner complementou que o aumento da receita reflete um resultado contábil, sem impacto direto no fluxo de caixa.

No sumário de erros, foi apresentada a proposta a complementação do registro do IPI em aproximadamente [REDACTED] (seiscentos milhões de reais), resultando em um impacto líquido estimado de [REDACTED] (quarenta, milhões de reais) para a companhia.

Ainda durante a exposição, foram tratados os eventos subsequentes, com destaque para a venda do imóvel localizado na Mooca, cujo valor de venda informado foi de [REDACTED] (cento e trinta milhões de reais), enquanto o valor contábil registrado era de [REDACTED] (dez milhões de reais). A operação gerou um ganho estimado de [REDACTED] (noventa milhões de reais), com efeitos favoráveis no caixa e no resultado da companhia, cujos impactos contábeis serão avaliados no trimestre seguinte.


41940
39619
45134
41932

Foi registrada, nas transações com partes relacionadas, a devolução de recursos ao Governo do Estado em razão do encerramento de determinados programas, com reflexos nos saldos contábeis da Companhia.

Na sequência, foram avaliados os reflexos decorrentes da aplicação da imunidade tributária reconhecida à Prodesp, com ênfase no potencial da não incidência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ sobre o lucro apurado, além da possibilidade de recuperação de tributos pagos indevidamente nos últimos cinco anos exercícios, incluindo IRPJ, IOF e IRRF. Ressaltou-se, ainda, que não foram identificadas alterações significativas nas demonstrações financeiras do trimestre analisado.

A conclusão do relatório de revisão dos Auditores independentes foi apresentada e emitido sem ressalvas. Consoante esclarecido, o processo de auditoria transcorreu de forma regular, sem intercorrências, tendo a companhia prestado toda colaboração necessária, por meio da entrega, tempestiva de documentos, da realização de entrevistas e fornecimento integral das informações requeridas.

Encerrada a apresentação da Auditoria Externa, os Conselheiros agradeceram aos auditores da BDO, ressaltando a clareza, objetividade e fundamentação técnica das explicações e apresentação, bem como o reconhecimento do valor das informações prestadas. Encerrada a apresentação da auditoria externa, o Conselho Fiscal deu por concluída a deliberação sobre o tema.

3. Ciência da posição econômica e financeira da Companhia: (atendimento aos itens 4.1, 4.2 e 4.3 do planejamento anual do CF) -

- a) Resultados acumulados - até julho/2025;
- b) Contas a Receber;
- c) Fluxo de Caixa

Em continuidade da pauta, o Conselho Fiscal recebeu, na reunião, os senhores Camilo Cogo Cavalcanti, Diretor Administrativo-Financeiro, e Glauber Aleixo Frediani, Gerente de Controladoria, que apresentaram as Demonstrações Financeiras e informações contábeis intermediárias referentes ao primeiro semestre de 2025. Por questão de ordem, o Diretor Camilo solicitou que as demonstrações fossem apreciadas antes dos demais pontos da pauta, sem objeções por parte dos conselheiros.

A apresentação foi iniciada pelo Sr. Glauber, com a exposição dos principais resultados até junho de 2025, seguida pela análise do Diretor Camilo da Demonstração do Resultado, que evidenciou a melhora significativa dos indicadores financeiros, reflexo das medidas de reestruturação implementadas nos últimos dois anos, especialmente a revisão da política comercial, o reajuste de preços praticados junto aos clientes, que permitiram mitigar as margens deficitárias em contratos antigos e adequar os valores à realidade atual da companhia.

Destacou também a redução dos custos operacionais, incluindo a revisão do plano de saúde corporativo e a manutenção de contratos com fornecedores sem reajustes, o que contribuiu para o equilíbrio financeiro.



Outro ponto apresentado, foi a superação de falhas em procedimentos internos, por meio da adoção de práticas mais lineares na prestação de serviços, favorecendo a previsibilidade e continuidade das entregas da empresa. O Diretor ressaltou que a receita da companhia foi maior do que o ano anterior, o que foi reconhecido pelos conselheiros, que se deram por satisfeitos com a apresentação.

Na sequência, o Sr. Glauber apresentou os resultados de julho, informando que, apesar do prejuízo registrado de [REDACTED] (doze milhões e quinhentos mil reais), este se encontra compatível com o orçamento ajustado. Destacou a recuperação dos valores a receber por meio de ações adotadas pela companhia, como as notificações extrajudiciais e a instauração de processos indenizatórios, ressaltando que os recebíveis vencidos há mais de seis meses representam a maior complexidade para recuperação. Entre os principais devedores, mencionou-se a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Agricultura (no contexto do GEDAV), o DER e a Secretaria de Educação, esta última possui um processo indenizatório de [REDACTED] (dezoito milhões de reais) referente à pandemia. O Diretor Camilo informou que são realizadas reuniões semanais com todas as áreas da companhia para tratar da inadimplência, enfatizando que, ao contrário dos anos anteriores, o montante em aberto não tem crescido. Alertou, entretanto, que, uma vez iniciado o processo indenizatório pelo cliente, a Prodesp perde autonomia sobre o caso, ficando dependente exclusivamente da tramitação junto ao órgão público devedor.

Em caráter excepcional, foi apresentada a volumetria dos atendimentos relativos à coleta biométrica e à emissão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), serviços de caráter público, prestados com base em decreto estadual, cuja responsabilidade recai sobre a Prodesp. Até outubro de 2023, tais serviços eram faturados pela Secretaria de Gestão e Governo Digital, mas, a partir de e 2024, passaram a integrar a contribuição institucional da empresa ao programa “São Paulo na Direção Certa”, sem qualquer contrato ou previsão orçamentária para ressarcimento dos custos. A Diretoria Comercial, representada pelo Sr. Thiago Waltz, em conjunto com o subsecretário da SGGD, Sr. João Rodrigues, estão conduzindo as tratativas para resolução do impasse, ainda sem êxito, agravando a situação financeira da companhia, poisos serviços continuam sendo prestados sem qualquer repasse.

O Conselheiro Maurício questionou se a situação relativa aos serviços prestados sem ressarcimento financeiro já foi comunicada ao Secretário da pasta. O Conselheiro Wagner reforçou que, uma vez prestado o serviço, o órgão demandante é responsável por sua adequada remuneração. O Conselheiro Fábio destacou a gravidade em se manter a prestação de serviços públicos sem contrato ou recebimentos desde 2023. A Conselheira Luiza registrou que acompanha, internamente, o processo indenizatório da Secretaria de Educação, atualmente aguardando encaminhamento à Procuradoria Geral do Estado (PGE) para efetivação do pagamento.

No que se refere à situação com fornecedores, o Diretor Camilo alertou que a companhia não conseguiu, em nenhum mês de 2025, honrar integralmente seus compromissos financeiros, acumulando, em julho, um total de [REDACTED] (noventa e três milhões de reais) em pagamentos em atraso. Destacou que


41940
39619
45134
41932

a maior parte dos débitos está vencida em até 30 (trinta) dias, mas a situação é considerada crítica, especialmente diante dos investimentos em curso. Foram apresentados os principais riscos relacionados à inadimplência, incluindo a paralisação dos serviços de coleta biométrica e emissão de CNH, desmobilização de projetos estratégicos, tais como o RH Estruturante, hiperautomação do Detran, o programa "Remédio em Casa" e projetos de cibersegurança, além do risco de perda de licenças essenciais, como as da Microsoft, onde os clientes já receberam notificações de inadimplência. Também foram mencionados o recebimento de notificações judiciais e extrajudiciais de fornecedores e o risco de responsabilização solidária da companhia em relação a encargos trabalhistas.

O Diretor solicitou o apoio dos membros do Conselho Fiscal na interlocução institucional para priorizar os pagamentos devidos à Prodesp, pontou que a natureza pública da empresa frequentemente a coloca no fim da ordem de prioridade para as liquidações dos clientes. Informou que está em andamento a negociação da venda do imóvel da Mooca, como medida emergencial de reforço de caixa, ainda sem previsão de ingresso de recursos ainda em 2025. O Conselheiro Wagner reforçou que os serviços de coleta biométrica e a emissão da CNH constituem os principais pontos críticos e devem ser priorizados.

Em relação aos contratos de mão de obra, o Diretor informou que os pagamentos vêm sendo priorizados para garantir a continuidade dos serviços. O Conselheiro Wagner recomendou o estudo de um modelo de retenção de valores com pagamento direto ao INSS por meio de contas vinculadas. O Diretor comunicou que essa proposta está em análise com o apoio de consultoria especializada e se colocou à disposição para apresentar os resultados em reunião futura. Comunicou, ainda, que a companhia já identificou irregularidades em contratos do Poupatempo da Sé, referentes a prestadores não efetuaram os recolhimentos devidos, informando que, nesses casos, os gestores e fiscais são imediatamente notificados.

Ao abordar o fluxo de caixa, o Diretor respondeu a questionamento sobre a situação crítica da empresa, apesar de ser geradora de receita. Explicou que os elevados investimentos realizados em 2025 que são essenciais para manter a relevância da companhia no mercado. Ressaltou ainda que o orçamento inicialmente aprovado pelo Conselho de Administração foi de [REDACTED] (sessenta e três milhões de reais), mas os investimentos ultrapassam [REDACTED] (duzentos milhões de reais), incluindo a aprovação posterior do motor biométrico. Destacou que a previsão de recebimento de valores relativos à coleta biométrica em setembro poderá melhorar significativamente o cenário, desde que os repasses sejam efetuados. Informou ainda que o projeto RH Estruturante gerou faturamento recente de R\$ [REDACTED] (quarenta e cinco milhões de reais). O Conselheiro Fábio observou que o motor biométrico irá contribuir com os custos da coleta biométrica, sendo necessário verificar, se com este projeto, qual seria o impacto no desequilíbrio financeiro da PRODESP.

Por fim, foram apresentados o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados referentes ao mês de julho, que registrou prejuízo de [REDACTED] (oitocentos mil reais), valor inferior ao previsto no

orçamento, que era de [REDACTED] milhão de reais. O Diretor explicou que o impacto negativo decorre, entre outros fatores, do Programa de Desligamento Incentivado (PDI). A Conselheira Luiza manifestou preocupação com o atual cenário de caixa da companhia, posicionamento que foi acolhido por todos os demais membros do conselho.

Diante do exposto, o Conselho Fiscal delibera registrar em ata sua preocupação com a continuidade da prestação de serviços essenciais sem a devida compensação financeira por parte do Poder Público contratante, reconhecendo os impactos diretos dessa situação sobre a integridade econômico-financeira da companhia. Recomenda-se o encaminhamento imediato do tema ao Conselho de Administração e aos acionistas, com a devida documentação técnica de suporte, a fim de viabilizar uma solução institucional para o financiamento dos serviços da coleta biométrica e da emissão de CNH.

O Conselho reforça a importância de manter a comunicação transparente e tempestiva com os órgãos envolvidos, sugere que as próximas demonstrações financeiras reflitam com clareza os efeitos dessas pendências sobre a liquidez e os riscos operacionais da empresa, e recomenda a continuidade das ações de controle e fiscalização contratual. Por fim, o Colegiado acompanhará os desdobramentos dos temas apresentados, mantendo-se atuante no monitoramento da situação econômico-financeira e no suporte às medidas necessárias à preservação da sustentabilidade da companhia.

4. Ciência da situação dos Processos Judiciais da Companhia e do Tribunal de Contas do Estado - TCESP - 2º trimestre (em atendimento ao Item 5.8 e 10.1 do Planejamento Anual do CF)

As representantes da Gerência Jurídica da Prodesp apresentaram o ao Conselho Fiscal a atualização das contingências passivas e ativas referentes ao primeiro e segundo trimestres de 2025. Foi destacada alteração significativa na classificação de risco, especialmente no grupo de contingências possíveis, com ênfase nas ações cíveis que impactam financeiramente a companhia em aproximadamente R\$ [REDACTED] (cinco milhões de reais).

No âmbito do contencioso trabalhista, foram informados valores estimados em [REDACTED] (sessenta milhões de reais) para contingências possíveis e [REDACTED] (trinta e nove milhões de reais) para prováveis, evidenciando aumento expressivo nas despesas trabalhistas entre os trimestres analisados.

A apresentação expôs o panorama trabalhista, o qual foi relatado o julgamento de nove ações no último trimestre, com impacto direto sobre o montante estimado de potenciais condenações. Em seguida, foram apresentadas as atualizações do contencioso cível, evidenciando variações nos créditos recuperados e nas despesas evitadas, decorrentes da atuação da área jurídica em esferas judiciais e extrajudiciais. Entre os casos financeiramente mais relevantes, destacaram-se três processos: dois procedimentos investigativos nos quais a Prodesp figura como parte em apurações relacionadas ao Detran, e uma ação



civil pública que questiona os critérios adotados no credenciamento de empresas vinculadas ao mesmo órgão.

Ainda na esfera trabalhista, observou-se uma tendência de aumento nos valores das ações que envolvem diretamente a companhia, enquanto houve redução nos processos relacionados ao programa Poupatempo, refletindo possível efeito das medidas de reestruturação e prevenção implementadas.

Quanto à fiscalização das cotas legais destinadas à inclusão de pessoas com deficiência (PCDs) e aprendizes, foi confirmada a conformidade da Prodesp com as exigências legais. Contudo foi abordada a recomendação do Ministério Público do Trabalho para que a companhia também fiscalize o cumprimento dessas cotas por parte de suas contratadas. Tal recomendação suscitou questionamentos internos quanto à competência da empresa para exercer essa fiscalização, tendo sido informado que, com o respaldo da Procuradoria Geral do Estado, será formalizada a discordância institucional, considerando os riscos e a complexidade jurídica envolvidos na atribuição proposta.

No que tange à atuação junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), foi informado o apontamento de um caso julgado como irregular relativo ao contrato com a Drogaria Raia. A Gerência Jurídica esclareceu que se trata de um processo antigo, cuja movimentação recente não está relacionada à atual gestão. Adicionalmente, foi registrado o aumento no volume de fiscalizações no segundo trimestre, em decorrência do encerramento do recesso do início do ano do TCE, justificando a menor atividade observada no trimestre anterior.

Foi comunicado, ainda, que a Coordenadoria de Privacidade e Proteção de Dados foi integrada à estrutura da Gerência Jurídica, em abril de 2025. Embora não tenha havido apresentação oral da coordenadoria, foram previamente encaminhados ao Conselho Fiscal slides que evidenciam os principais avanços da área no segundo trimestre, tais como o progresso no mapeamento de dados pessoais, rápido monitoramento dos mecanismos de proteção da informação, evolução no índice de maturidade em privacidade, o andamento do ROPA (Registro de Operações de Tratamento de Dados Pessoais) e outras ações estruturantes.

Após os esclarecimentos apresentados, os Conselheiros manifestaram-se **satisfeitos** com as informações prestadas, não havendo questionamentos adicionais.

5. Ciência dos processos licitatórios e das modalidades de aquisições e contratações pela empresa, especialmente as realizadas por dispensa e inexigibilidade (atendimento ao item 11.2 do planejamento anual do CF)

O Sr. Péricles Coutinho, Superintendente de Gestão de Contratos e Serviços, deu ciência ao Colegiado sobre os processos licitatórios e das modalidades de aquisições e contratações pela companhia, com ênfase nas aquisições por dispensa e inexigibilidade.


41940
39619
45134
41932

No que se refere às licitações, no mês de julho de 2025, a Prodesp realizou processos licitatórios que resultaram em uma economia de [REDACTED] (um milhão e oitocentos mil reais), refletindo a eficiência e a competitividade dos certames, assegurando a melhor relação custo-benefício para a empresa e o Estado. No acumulado do ano, até julho, a economia total oriunda das licitações alcança [REDACTED] (novecentos e vinte sete mil e oitocentos reais). Também foi destacada a evolução crescente no número de licitações realizadas ao longo dos primeiros sete meses do ano, com ênfase para o mês de julho, que apresentou o maior volume, demonstrando o ritmo constante de atendimento às demandas e a eficiência da área de compras.

Quanto às contratações por dispensa de licitação, foi observado um volume expressivo em valores financeiros, especialmente no mês de julho. Tais compras diretas são realizadas em conforme critérios legais e normativos internos, com justificativas claras, detalhadas e processos submetidos à auditoria para garantir a transparência e controle. Conforme o gráfico apresentado no relatório, apesar do montante significativo das dispensas, há o acompanhamento rigoroso para mitigar riscos e garantir que essa modalidade seja utilizada apenas quando for adequada e permitida pela legislação.

No tocante aos contratos por inexigibilidade de licitação, registraram-se também valores relevantes, notadamente nos meses mais recentes. Essa modalidade é utilizada em casos específicos onde inexistente competição, como serviços técnicos especializados ou exclusividade de fornecedor. A Prodesp mantém controles rigorosos para a utilização dessa modalidade, assegurando a conformidade legal e a melhor alocação dos recursos públicos.

Em complemento, foi apresentada a relação detalhada dos contratos e compras realizadas no mês de julho, incluindo descrições e valores, permitindo ao Colegiado acompanhar a execução contratual e a avaliar da conformidade das aquisições de forma detalhada.

O Superintendente destacou que os dados evidenciam o comprometimento da Prodesp em conduzir suas licitações e contratações com eficiência, transparência e controle, resultando em economias significativas para a empresa. Ressaltou que o acompanhamento contínuo das modalidades de licitação, dispensa e inexigibilidade reforça o compromisso com a boa governança e a gestão responsável dos recursos públicos.

Ao final, o Conselho Fiscal agradeceu a apresentação clara e detalhada, reconhecendo a relevância do tema para o fortalecimento da governança na Prodesp.

6. Ciência das informações sobre fatos relevantes a serem comunicados ao mercado (atendimento ao item 7.3 do planejamento anual do CF)

A Sra. Sandra Marinalva, Assessora do Escritório de Governança, comunicou ao Colegiado que, no período objeto da análise, não foram identificados fatos relevantes a serem informados ao mercado. Não havendo, portanto, ocorrências que demandem divulgação ou intervenções específicas.



7. Acompanhamento do relatório fornecido pela Ouvidoria (2º trimestre/2025), órgão responsável pelo recebimento de denúncias relativas a violações ao código de conduta, às políticas e normas da organização da empresa, bem como as ações disciplinares tomadas pela administração (em atendimento ao Item 8.2 do Planejamento Anual do CF)

A apresentação do relatório de Ouvidoria referente ao 2º trimestre de 2025 foi conduzida pela Sra. Viviane Rodrigues, Gerente de Ouvidoria. O relatório detalha o volume, a natureza e o tratamento das denúncias recebidas no período, contribuindo para o aprimoramento da governança e da transparência da companhia.

Foi apresentado panorama geral que evidenciou o crescimento de 13% (treze por cento) no total de denúncias em relação ao trimestre anterior, somando 112 (cento e doze) registros. Destas, 29% (vinte e nove por cento) foram consideradas procedentes, demonstrando a efetividade dos processos de apuração. A maioria das denúncias foi registrada via plataforma oficial Fala.SP, canal do Governo do Estado de São Paulo que assegura a formalização e acompanhamento das manifestações recebidas, fortalecendo o processo de governança.

A análise quantitativa detalha o perfil dos denunciantes, sendo 75 (setenta e cinco) denúncias de colaboradores da Prodesp, 27 (vinte e sete) de colaboradores externos, e 10 (dez) de terceiros. Observou-se maior participação do sexo feminino no perfil das denúncias, correspondendo a 24% (vinte e quatro por cento) do total, e os setores com mais registros envolvem vacâncias e irregularidades administrativas. Quanto às violações por local, verificou-se maior concentração está na Prodesp, seguida pelas unidades do Poupatempo e demais áreas, indicando a necessidade de atenção contínua ao controle e à gestão de riscos nesses locais.

No que se refere às violações mais frequentes, destacaram-se irregularidades administrativas, fraudes, corrupção, e assédio moral e sexual. Observou-se uma redução nas denúncias de fraude, porém houve aumento significativo nos casos de corrupção e assédio sexual, exigindo atenção e medidas preventivas contínuas.

O relatório incluiu a apresentação de comparativos trimestrais detalhados para fraudes, impropriedades administrativas, corrupção, assédio sexual e assédio moral, com gráficos que ilustram a evolução desses casos ao longo do tempo, permitindo a identificação de tendências e áreas que demandam maior fiscalização.

Além disso, são destacados os riscos identificados a partir das denúncias, acompanhados de proposta de metodologia para a gestão desses riscos, estruturada em etapas de identificação, avaliação, ação e tratamento, com objetivo de fortalecer a governança e mitigar futuras ocorrências.

No consolidado, verificou-se que 73% (setenta e três por cento) das denúncias foram consideradas procedentes, evidenciando a importância da atuação rigorosa da Prodesp na apuração e correção dessas



situações. Até o momento, 53 (cinquenta e três) apurações foram finalizadas e 22 (vinte e dois) processos permanecem em andamento, demonstrando o compromisso com a transparência e a ética.

Ao final da apresentação, o Conselho Fiscal agradeceu a explanação detalhada sobre o relatório de denúncias, reconhecendo a importância do tema para a governança da Prodesp e reafirmando o compromisso com a transparência e o controle interno.

8. Ciência do relatório das denúncias da área de Corregedoria (2º trimestre/2025), bem como as ações disciplinares tomadas pela administração (em atendimento ao Item 8.2 do Planejamento Anual do CF)

Os Srs. Peterson de Oliveira Batista, Gerente da Corregedoria, e Marcelo Tadaieski, Assessor Técnico, apresentaram ao Conselho Fiscal o “**relatório referente ao 2º trimestre de 2025**”, com foco nas denúncias recebidas e tratadas no período. O Assessor Técnico apresentou o panorama quantitativo das denúncias recebidas, indicando uma redução de 16% (dezesesseis por cento) no número de casos encaminhados para apuração em comparação ao mesmo período do ano anterior., totalizando 27 (vinte e sete) denúncias contra 32 (trinta e duas) no ano anterior. Observou-se, porém, aumento pontual em junho, sem concentração significativa em tema ou unidade das denúncias. Exceto pelo crescimento situações pontuais como o de agendamentos indevidos, como tentativa de fraude no início do ano e uma concentração atípica de denúncias de comportamento no posto de Caraguatatuba.

Das denúncias recebidas, 12 (doze) foram formalmente analisadas no trimestre, com média de apuração de 36 (trinta e seis) dias. Das investigações conduzidas, sete foram concluídas, sendo quatro consideradas improcedentes e três procedentes. As tipologias mais frequentes incluíram desídia (quatro casos), assédio moral, assédio sexual, vazamento de informação, corrupção, favorecimento, fraude e descumprimento de jornada.

Dentre os casos considerados procedentes, destacam-se três situações específicas. O primeiro envolve desídia de colaborador que inseriu indevidamente um CNPJ no sistema CADIN, resultando inicialmente em multa à empresa. O colaborador foi advertido verbalmente, e a assessoria jurídica atuou cancelar a penalidade, no valor de [REDACTED] (trinta e dois mil e quinhentos reais). O segundo caso refere-se a vazamento de informação, em que uma colaboradora terceirizada compartilhou, em grupo de WhatsApp uma norma da ABNT. A apuração constatou ausência de dados sensíveis da companhia, mas resultou na aplicação de advertência escrita. O terceiro caso trata de denúncia de assédio sexual ocorrido no ambulatório, cuja conduta foi confirmada mediante relatos de testemunhas e entrevistas realizadas no mesmo dia, culminando no desligamento por justa causado colaborador, com respaldo jurídico.

No âmbito dos postos Poupatempo, foram registradas 15 (quinze) denúncias no segundo trimestre de 2025, com tempo médio de apuração de seis dias. Destas, 14 (catorze) foram anônimas e uma identificada. As principais tipologias envolveram comportamento inadequado (10 ocorrências), seguido de fraude,



assédio moral, favorecimento e vazamento de informação. Os postos com maior número de registros foram Canindé e Caraguatatuba.

Das denúncias analisadas, duas foram consideradas procedentes: a primeira referiu-se a comportamento inadequado da supervisora do posto da Sé, cuja conduta gerava desconforto à equipe, resultando em advertência escrita e acompanhamento pela gestão; a segunda trata da coordenadora do posto de Jaboticabal, que apresentava comportamento agressivo e favorecimento a colaboradores, gerando desconforto emocional na equipe. Após apuração, foi aplicada advertência verbal, e a evolução da gestão da colaboradora segue sendo monitorada. Importante ressaltar que as denúncias procedentes nos postos do Poupatempo não acarretaram prejuízo financeiro ou de imagem para a Prodesp até o encerramento do trimestre.

Entre as ações em andamento, destacam-se a parceria com as áreas de desenvolvimento para análise de denúncias relacionadas ao vazamento de fotos de CNH e RG, as quais estariam sendo utilizadas em golpes. A iniciativa visa identificar padrões recorrentes que auxiliem na obtenção de evidências. Foram também apresentadas as alterações no modelo de apuração de denúncias nos postos Poupatempo. A proposta em desenvolvimento, junto à Diretoria de Serviço ao Cidadão, prevê que a responsabilidade pelas investigações deixe de ser atribuída às empresas terceirizadas e passe a ser conduzida internamente por instâncias da própria organização, com o objetivo de fortalecer a governança e a confiabilidade dos processos.

O Conselho **agradeceu** a apresentação das informações e do relatório e a transparência na condução das apurações, reforçando a importância da integridade como pilar essencial da gestão pública.

9. Acompanhamento das Demandas (recomendações/solicitações) do Conselho Fiscal

a) Análise dos valores apresentados no fluxo de caixa classificados como “Fornecedores Retidos” (██████ milhões, junho/2025), incluindo a avaliação de riscos; potenciais impactos reputacionais e operacionais sobre serviços; e a avaliação de alternativas de financiamento para mitigar eventuais restrições de caixa.

O Conselho Fiscal procedeu à análise dos valores apresentados no fluxo de caixa sob a classificação “Fornecedores Retidos”, que totalizam ████████ (cento e cinquenta dois milhões de reais) em junho de 2025. A avaliação incluiu os riscos associados a esse passivo, bem como os potenciais impactos reputacionais e operacionais decorrentes da inadimplência, especialmente quanto à continuidade de serviços essenciais e a identificação de alternativas de financiamento capazes de mitigar eventuais restrições de caixa.

As informações foram detalhadamente apresentadas pelo Diretor Administrativo-Financeiro, com o apoio do Gerente de Controladoria, conforme registrado no **item 3** desta ata.


41940
39619
45134
41932

O Conselho Fiscal **recomendou** a realização de reunião entre Diretoria e o Detran, com o objetivo de tratar da previsão de repasses financeiros, considerando a criticidade dos serviços envolvidos e a necessidade de planejamento para evitar a paralisação de atividades estratégicas.

Na sequência, o Sr. Carlos Cesar Lucas Dias, Assessor Técnico de Negócios Estratégicos e Acordos Operacionais, apresentou a evolução da regularização das pendências financeiras junto ao Detran, destacando a relevância desse tema para a gestão financeira e o equilíbrio operacional da companhia. Informou que foi realizado levantamento detalhado e triagem das pendências existentes, permitindo identificar com precisão os valores e a natureza dessas pendências. Para continuidade da iniciativa, foram estabelecidas reuniões semanais de alinhamento com o Detran, visando priorizar os pagamentos e a acelerar os processos de regularização financeira.

O Assessor explicou os resultados alcançados até o momento, destacando a evolução positiva dos recebimentos mensais e o consolidado até agosto de 2025. Comunicou a implementação de processo indenizatório estruturado, observando todas as etapas legais, que contribuiu para significativa redução dos valores em aberto. Informou que, com essas medidas, houve uma redução de 42% (quarenta e dois por cento) nos valores pendentes, elevação de 80% (oitenta por cento) no volume de recursos recebidos e diminuição expressiva das pendências financeiras com o cliente.

Por fim, o Sr. Carlos Cesar reforçou o compromisso da Diretoria de Desenvolvimento de Sistemas com a transparência, eficiência e segurança jurídica nas ações de regularização, colocando-se à disposição para eventuais esclarecimentos ao Conselho.

10. Outros assuntos de interesse social

a) Ciência da renúncia da Sra. **THAISA MAIRA DEMARTINI FRÉ, Gerente de Auditoria (ADT);**

O Conselho Fiscal tomou ciência da renúncia da Sra. Thaisa Maira Demartini Fré ao cargo de Gerente de Auditoria (ADT), conforme comunicado realizado pela Sra. Sandra, Assessora da Governança, durante a reunião.

b) Apresentação da Srta. **Debora Moraes da Cunha Gonçalves, nomeada como Coordenadora do Escritório de Governança, a partir de 01/08/2025.**

A Assessora da Governança, comunicou ao Conselho Fiscal a apresentação da Srta. Debora Moraes da Cunha Gonçalves, nomeada como Coordenadora do Escritório de Governança, com início das atividades a partir de 01 de agosto de 2025.

O Colegiado aproveitou a ocasião para registrar votos de boas-vindas e desejar sucesso em suas novas atribuições.

ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO DA ATA: Não havendo outros assuntos a serem tratados e tendo sido esgotada a pauta do dia, os membros do Conselho Fiscal agradeceram a atenção e a colaboração de



LS
41940



SS
39619



RCOV
45134



MO
41932

todos os presentes, declarando encerrada a presente reunião. E eu, **Sandra Marinalva da Silva Soares**, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, foi devidamente assinada pelos senhores membros do Conselho. Taboão da Serra, 19 de agosto de 2025.



Luzia Valeria Sarno

41940

LUZIA VALÉRIA SARNO

Membro do Conselho Fiscal

WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO

Membro do Conselho Fiscal



Maurício Barutti De Oliveira

41932

MAURÍCIO BARUTTI DE OLIVEIRA

Membro do Conselho Fiscal



Roberto César De Oliveira Viegas

45134

ROBERTO CÉSAR DE OLIVEIRA VIÉGAS

Membro do Conselho Fiscal

FÁBIO TEIZO BELO DA SILVA

Membro do Conselho Fiscal



Sandra Marinalva Da Silva Soares

39619

SANDRA MARINALVA DA SILVA SOARES

Assessora da Coordenadoria de Escritório de Governança

Secretária da Reunião

Minuta Ata Reunião Ord CF 19-08-2025_vfinal.pdf

Valide a autenticidade do documento clicando ou escaneando o QR Code ao lado ou acesse o [verificador de autenticidade](#) e insira o código: C5755-7C444-53412



Solicitação de assinatura iniciada por: Sandra M. d. S. S. em 30/09/2025

Assinaturas



Sandra Marinalva da Silva Soares
Assinou Eletronicamente



39619

Assinou em: 30 de setembro de 2025, 16:50:47 | [Redacted] | [Redacted]
[Redacted] Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Microsoft Edge 140.0.0.0, Windows 10 | Celular: (**) *****-0797



Mauricio Barutti de Oliveira
Assinou Eletronicamente



41932

Assinou em: 01 de outubro de 2025, 08:35:44 | [Redacted] | [Redacted]
[Redacted] Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Microsoft Edge 140.0.0.0, Windows 10 | Celular: (**) *****-7685



Luzia Valeria Sarno
Assinou Eletronicamente



41940

Assinou em: 06 de outubro de 2025, 09:41:21 | [Redacted] | [Redacted]
[Redacted] Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 140.0.0.0, Windows 10 | Celular: (**) *****-0574



Roberto César de Oliveira Viegas
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 14 de outubro de 2025, 18:38:14 | [REDACTED]
[REDACTED] Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 141.0.0.0,
Windows 10 | Celular: (**) *****-1000



Wagner de Campos Rosário
Assinatura Pendente